

Conselhos escolares: vários caminhos, o mesmo desafio.

ADRIANO VIEIRA

ANA LUIZA MENDES BORGES

FERNANDA ANDRADE SANTOS*



O homem pensa o mundo a partir do lugar onde vive.

MILTON SANTOS

Quando se pensa na família dentro da escola, o que mais comumente nos vem à mente é a imagem de um grupo de pais sentados nas carteiras da escola, como se fossem alunos, ouvindo o diretor, o professor ou o coordenador pedagógico. O assunto normalmente se restringe ao desempenho do filho ou filha, seu comportamento em geral.

Essa imagem é mobilizada em nosso imaginário não por acaso: deparamo-nos constantemente com uma visão negativa e enfraquecida da relação entre a escola e a família, veiculada nos mais diversos meios escritos, dentro ou fora dos espaços de discussão sobre a política educacional.

A pauta da busca da qualidade da educação tem ocupado espaço no cenário social, nas discussões políticas, na mídia e nos movimentos sociais. Já há consenso em afirmar que a participação da família e da comunidade na educação formal das crianças e dos adolescentes tem sido fundamental para a construção de uma educação pública de qualidade. Muitos estudos têm refletido a esse respeito.

* ADRIANO VIEIRA é formado em Educação Física e cursa Ciências Sociais. É Mestre em Educação pela Unicamp e é pesquisador do Cenpec.

ANA LUIZA MENDES BORGES é bacharel em Ciências Sociais e licenciada em Educação pela Universidade de São Paulo. Atua no terceiro setor como pesquisadora e atualmente é assessora da diretoria executiva do Museu do Futebol.

FERNANDA ANDRADE SANTOS é bacharel em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e assistente de pesquisa do Cenpec – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, área de Educação e Sistemas de Ensino.

Mesmo que os Conselhos sejam garantidos, é preciso ter em mente que a sua importância está fortemente atrelada ao envolvimento e à valorização que cada comunidade escolar lhe confere.

Com o intuito de diminuir a distância entre o vivido e o escrito, procuramos ouvir diretamente o que pensam os envolvidos nesta discussão, sem pretensão de desenvolver uma pesquisa formal, mas aquecidos pelo calor e emoção da presença ativa desses atores.

Reunimos diretores, professores, mães e alunos de duas escolas da rede pública de ensino (Escola Estadual Prof. Jácomo Stávale¹ e Escola Municipal Desembargador Amorim Lima²), localizadas no município de São Paulo, para uma conversa sobre a participação da família na vida da escola, tendo como foco principal os Conselhos Escolares. As escolas foram escolhidas por terem uma boa classificação no Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica³ e por serem reconhecidas como escolas com forte participação dos pais na dinâmica escolar.

Mães, professores representantes do Conselho de Escola ou da APM (Associação de Pais e Mestres), alunos e diretores se encontraram no CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária e, orientados por pesquisadores da casa, foram estimulados a conversar sobre o tema: “A participação da família na escola”.

A conversa entabulada seguiu um rumo próprio, sendo aberta a questionamentos não previstos e a consideráveis embates quanto às práticas de gestão e administração escolares referentes a cada uma das equipes ali presentes. Pelo caráter “informal” da ocasião, criou-se uma atmosfera favorável a depoimentos reveladores do cotidiano das relações estabelecidas entre escola e comunidade.

Além disso, foi possível confrontar visões sobre a relação entre escola e comunidade que ora distanciavam-se, ora aproximavam-se, compondo um movimento interessante para pensar sobre a escola pública e a participação nos Conselhos Escolares hoje.

Conselho Escolar como porta de entrada da família na escola

Embora possa haver questionamentos sobre o funcionamento e os modelos de espaços criados para participação e representação da sociedade civil no Brasil a partir da Constituição de 1988, torna-se inegável a importância que muitos deles adquiriram ao garantir a presença ativa de diversos atores que antes se viam alijados das discussões políticas. Na política de educação, os Conselhos Escolares surgem como um grande avanço

rumo à democratização das relações sociais, quando introduzem a vivência da democracia no espaço institucionalizado escolhido pela sociedade contemporânea para promover a socialização mais ampla dos indivíduos,⁴ a escola.

De acordo com o MEC,

Os conselhos escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos Conselhos, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Eles representam as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade (MEC, 2004, p. 32-33).

É importante enfatizar que, embora os Conselhos Escolares estejam amparados na Constituição Federal,⁵ na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB Educação, 1996)⁶ e no Plano Nacional de Educação,⁷ suas formas de organização, composição e funcionamento podem ser extremamente variadas, visto que espaços assim foram pensados procurando respeitar a especificidade que adquirem em cada contexto social. Nesse sentido, mesmo que os Conselhos sejam garantidos, é preciso ter em mente que a sua importância está fortemente atrelada ao envolvimento e à valorização que cada comunidade escolar lhe confere.

Em tese, a participação dos pais na escola, mediante o Conselho Escolar, deveria promover o seu fortalecimento institucional, conferindo maior legitimidade a este espaço por meio da atuação dos pais – atores externos ao ambiente escolar – e, com isso, ajudando a garantir a qualidade do ensino oferecido e, portanto, a permanência da escola como instituição social sólida dentro do bairro. Sobre isso, Marques diz:

[...] através do Conselho, a escola também cumpre uma de suas incumbências determinadas pela LDB, no artigo 12, item VI, que é a de “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”. Via democratização, a escola assumiria o seu caráter público, no sentido da oferta de uma educação de qualidade que atenda aos interesses da maioria da população brasileira (Marques, 2007, p. 10).

O Conselho Escolar, então, pode ser entendido e utilizado pelas escolas como espaço de formação para a cidadania e democracia. Porém, sua flexibilidade permite que seja também um lugar de tomada de decisões administrativas e disciplinares, configurando-se como um espaço organizativo e informativo da vida escolar. Nessa última “feição”, o Conselho Escolar se aproxima bastante da proposta da Associação de Pais e Mestres – APM, órgão que geralmente controla a distribuição dos recursos e verbas que chegam à escola e que, algumas vezes, está

hibridamente incorporado ao próprio Conselho Escolar, com os mesmos participantes em um ou outro.

Consultando a bibliografia sobre o assunto, algumas definições de Conselhos Escolares podem ser apontadas como tentativa de adensamento da discussão aqui colocada, como esta de Luck e Parente:

O conselho escolar [...] desempenha funções normativas, deliberativas e de fiscalização das ações globais da escola (Luck e Parente, 2000, p. 157).

Ou ainda, conforme Marques salienta:

Estes são uma instância de decisão colegiada com a função de gerir a escola democraticamente, representando os diferentes segmentos da comunidade escolar, com papel ativo na construção de seu projeto político-pedagógico, em sua implantação, acompanhamento e avaliação sistemática (Marques, 2005, p. 580).

Conselho Escolar

- Espaço de participação e deliberação da comunidade escolar (alunos, pais, professores, funcionários e direção);
- Possui caráter fiscalizador e consultivo.
- É uma exigência legal estabelecida a partir da Constituição de 1988 e reforçada com a LDB 1996.
- Não administra recursos financeiros.
- Tem autoridade para dispor a respeito do projeto político-pedagógico adotado pela escola.

Associação de Pais e Mestres – APM

- Não é uma entidade de existência obrigatória nas escolas, porém, por receber parte das verbas governamentais, está garantida na maioria delas.
- Composto também por membros da comunidade escolar, mas com número mínimo de indivíduos nos cargos oficiais;
- Não tem caráter deliberativo.
- Recebe repasse de recursos do FDE (Fundo para o Desenvolvimento da Educação).



Contudo, ainda há questões a serem respondidas para compreendermos melhor estes espaços sociais.

- O que mais os conselhos trouxeram?
- Como eles têm funcionado na prática ao longo desses 20 anos?
- Qual é a contribuição desses espaços para o fortalecimento da relação família-escola?
- Como cada escola, dentro do seu bairro, enfrentando as dificuldades que lhes são particulares, incorpora a legislação?
- A escola usa o Conselho para trazer os pais para dentro do espaço escolar?



Por dentro das escolas

ESCOLA ESTADUAL PROF. JÁCOMO STÁVALE

Número de alunos: aproximadamente 2300.

Turnos oferecidos: matutino, vespertino e noturno.

Região em que está localizada: zona Norte.

Órgãos de representação que têm destaque: Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres e Grêmio Estudantil.

Temas mais discutidos nos Conselhos: indisciplina dos alunos.

IDEB : 4,7 (anos finais).

Um pouco da história da escola: a Escola Estadual Jácomo Stávale tem uma tradição de ao menos 50 anos na região em que se localiza e é reconhecida como uma escola de qualidade. Com um corpo docente estável e uma relação de afinidade com a comunidade do bairro, chama atenção o fato de muitos de seus professores terem sido, um dia, seus alunos. Seu forte, de acordo com a comunidade escolar ouvida, é o bom preparo dado aos alunos para o ingresso em instituições de ensino superior. A escola também se destaca na rede estadual pela boa qualidade do ensino de Educação Física, que é motivo de orgulho para os moradores do bairro da Freguesia do Ô.

ESCOLA MUNICIPAL DES. AMORIM LIMA

Número de alunos: aproximadamente 800.

Turnos oferecidos: matutino e vespertino.

Região em que está localizada: zona Oeste.

Órgãos de representação que têm destaque: Conselho Escolar, Conselho Pedagógico e Assembléia de Pais.

Temas mais discutidos nos Conselhos: indisciplina dos alunos e falta de professores.

IDEB: 4,6 (anos finais).

Um pouco da história da escola: a Escola Municipal Desembargador Amorim Lima vem se constituindo, no município e no bairro do Butantã, como uma escola que apresenta um projeto inovador, inspirado na Escola da Ponte, de Portugal. Entre os elementos que a diferenciam, está a derrubada das paredes das salas de aula, com o intuito de integrar o ensino das diferentes disciplinas e incentivar a convivência entre alunos das mais diferentes faixas etárias. Com um forte enfoque na cultura popular brasileira, prima pelo desenvolvimento da autonomia e do espírito cidadão e democrático de seus alunos. Ao contrário da escola estadual, seu projeto pedagógico é mais recente, com cerca de cinco anos.

A despeito da beleza contida na idéia do Conselho Escolar, ainda é difícil manter e mesmo promover uma comunidade participativa na escola.

Os pais trabalham, mas os pais se envolvem mais na escola. É uma escola em que os pais estão mais presentes.

Aluno, sobre a EE Jácomo Stávale

Os pais participam muito no projeto da escola. Tem reuniões, assembléia de pais e tem avaliação do plano de estudo para acompanhar mais de perto.

Aluna, sobre a EMEF Des. Amorim Lima

Algumas pistas para reflexão

É possível dizer que as duas experiências de participação

nos conselhos escolares e no projeto pedagógico das duas escolas se diferenciam em alguns aspectos, por exemplo, em relação à periodicidade com que os Conselhos acontecem; mas são muito semelhantes em relação a outros pontos, como os dilemas, temáticas e limites com os quais se deparam no cotidiano institucional.

No que se refere à periodicidade, a EE Jácomo Stávale reúne o Conselho duas vezes por ano ou, quando necessita, de forma extraordinária; enquanto a EMEF Des. Amorim Lima reúne o Conselho mensalmente ou, se necessário, também o convoca de forma extraordinária.

São, portanto, escolas que, por caminhos diferentes, vêm obtendo êxito na busca da qualidade da educação, garantindo a participação nos Conselhos e criando outras formas de trabalho (festas, campeonatos, discussões diversas...) para envolver alunos, pais, professores e outros membros da comunidade na dinâmica educacional.

A despeito da beleza contida na idéia do Conselho Escolar, de acordo com os relatos ouvidos, ainda é difícil manter e mesmo promover uma comunidade participativa na escola, especialmente no que diz respeito ao segmento de pais e alunos. Para os pais, há empecilhos diversos: impossibilidade de compatibilizar o tempo entre família/trabalho/escola, distância entre escola e casa e dificuldade de se locomover na cidade, desemprego, desconhecimento das possibilidades de participação, existência de problemas familiares que impedem a participação, como drogas, doença na família, outros filhos para criar, entre outros.

Porém, mesmo que muitos pais ainda encontrem entraves à participação mais ativa nos Conselhos e no cotidiano escolar, foi possível perceber que há interesses em relação à vida escolar dos filhos que os movem a ocuparem esses espaços. Sobre isso, vejamos alguns depoimentos dos alunos:

Quando à sua entrada na escola como participantes dos fóruns decisórios, como os conselhos escolares e APM, alguns pais alegaram não terem, na ocasião, conhecimento sobre como fazer para participar; relataram, inclusive, que a intenção primeira, quando se aproximaram da escola, não era monitorar a qualidade da educação e sim cuidar do filho, principalmente em questões ligadas à violência e à sexualidade, protegendo-o dentro daquele ambiente “desconhecido”.

Depreende-se disso que a aproximação dos pais de alunos da vida política e pedagógica da escola parece se concretizar quando eles entendem que, freqüentando diariamente esse espaço, podem obter informações mais precisas sobre os processos de aprendizagem dos filhos e, então, compreendem que podem verificar mais de perto a qualidade da escola que escolheram para seus filhos.

Em geral, a participação é limitada a um percentual pequeno da comunidade escolar, mas nem por isso é menos significativa. Conforme o projeto político-pedagógico da escola e, levando-se em conta as particularidades de cada instituição, é preciso que arranjos sejam feitos e outros espaços de participação sejam criados.

Parece ser consenso entre as pessoas ouvidas que, embora sejam de extrema importância, os conselhos escolares são ainda insuficientes para dar conta de todas as questões do cotidiano escolar, o que exige que estas sejam levadas para outras instâncias, seja a APM, como nos mostra a experiência extremamente rica e participativa da EE Professor Jácomo Stávale, seja o Conselho Pedagógico, na EMEF Des. Amorim Lima, no qual os pais têm representação garantida.

A chave da participação dos pais de alunos nos fóruns de decisão implantados nas escolas é a preocupação com o futuro dos filhos e da escola. Nota-se um desejo de melhorar a qualidade da educação em suas diversas formas e concepções. Os pais parecem entender o sentido de estarem ali como forma de garantir a permanência da escola em um patamar aceitável de qualidade.

O início da participação é motivado pelo interesse em ajudar o filho – olhar, cuidar, vigiar... Depois a participação torna-se mais voltada para a escola como um todo, o olhar se estende para todas as crianças da escola.

Mãe de aluno

Não é só para os filhos da gente que a gente pensa. A semente com certeza fica, porque se a gente fizer um trabalho bom, irá render frutos e muitos outros virão e aproveitarão.

Mãe de aluno

Nesse ponto, é possível salientar uma identificação direta entre os pais participantes dos conselhos escolares e os princípios que asseguram certa continuidade das suas ações para além da vida escolar de seus filhos:

Mesmo quando eu não tiver mais filho na escola, eu pretendo continuar participando.

Mãe de aluno

Uma conversa com os alunos sobre sua participação na escola

Garantir a participação dos alunos não é propriamente o problema apresentado pelos conselhos que pudemos conhecer. O desafio é fazê-los frequentar e contribuir para a discussão que nele é feita.

Diretores, professores e pais são quase unânimes em dizer que a presença dos alunos costuma ser muito reduzida, assim como sua participação, que acaba sendo

muito mais formal do que efetiva, salvo em alguns momentos peculiares. Para os “adultos”, esse problema se deve à complexidade dos temas debatidos, como fluxo de verbas, demandas da comunidade escolar, encaminhamentos burocráticos etc.; enfim, assuntos que não estimulam o interesse dos alunos e inibem a discussão de outros aspectos que poderiam motivar sua participação.

É interessante, porém, ver que, embora os conselhos escolares sejam limitados à participação discente, os alunos encontram outros espaços para suas demandas e promovem a interlocução com a comunidade escolar, ao seu modo, engajando-se nos grêmios, por exemplo.

O grêmio dá várias idéias para a direção [...] a gente discute com o grêmio. O grêmio leva pra direção e de lá saem as respostas do que a gente levou.

Aluna da EE Jácomo Stávale

Bateu o sinal: possíveis conclusões.

É impossível responder a todas as questões sobre a existência dos conselhos escolares como espaços de participação neste breve relato, mas vale ressaltar aqui a pertinência desse tema diante da complexidade da realidade educacional do país, que reclama por avanços na melhoria do ensino público e está em constante busca por novos espaços de participação social.

De todo modo, vimos aqui que uma boa escola acaba criando novos espaços de participação, como lembra Bastos (2007):



Ninguém simplifica a participação da comunidade apenas em conselhos de escola e comunidade, em grêmios escolares ou em eleições diretas para diretores. A participação é construída por processos complexos cotidianos centralizados em relações de sujeitos coletivos.

As histórias dessas duas escolas apontam para uma multiplicidade de caminhos que podem levar à gestão democrática das relações escolares, fato que abre definitivamente a possibilidade de pensar a escola como um local de encontro de diferentes, que precisa criar mais canais de contato entre os de “dentro” e os de “fora”.

As condições em que se encontra o ensino público no Brasil determinam os arranjos sociais para o funcionamento dos conselhos escolares ou equivalentes e para a viabilização da participação da família e da comunidade na escola. A realidade social e política atual têm mostrado que uma democracia meramente representativa e com deliberação altamente concentrada nas mãos do Estado não é mais suficiente. Criar espaços que incentivem e fortaleçam a tomada de decisões no plano coletivo e que garantam a implantação e formulação de políticas públicas elaboradas pela sociedade civil de forma mais direta parece ser o meio que confere maior legitimidade a essas decisões.

Embora existam muitas dificuldades ainda para que os modelos tenham um bom funcionamento, as experiências dos conselhos escolares das escolas consultadas nos permitem afirmar que a participação e representação da família e da sociedade na gestão dos espaços coletivos podem ser extremamente positivas.

Retomando o início de nossa reflexão, a despeito da máxima de que pais e mães de alunos, dentro da escola, só se encontram por ocasião de reuniões de caráter informativo – mesmo que esta seja uma das funções do conselho escolar –, encontramos nas redes de ensino públicas de São Paulo experiências que revelam um relacionamento construtivo entre escola e comunidade.

A intensificação da comunicação e da convivência entre pais, alunos e equipe escolar dentro da escola dá sinais concretos de que é possível pensar em formas mais democráticas de organização social, sendo, elas mesmas, pensadas e implementadas por aqueles que constroem a educação de qualidade no cotidiano.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, João Baptista. É possível pensar e fazer escola pública com as classes populares? *Jornal A página*. 168. Portugal. Disponível em: <<http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=5446>>. Acesso em: junho 2007.
- CAMARGO, Rubens Barbosa de; ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. Princípios e processos de gestão democrática do ensino: implicações para os Conselhos Escolares. *Revista Chão de Escola*, Curitiba, n. 2, p. 28-33, 2003.
- LUCK, Heloisa; PARENTE, Marta Maria de A. Mapeamento de estruturas de Gestão Colegiada em escolas dos sistemas estaduais de ensino. *Revista Em Aberto*, v. 17, n. 72, 2000.
- MARQUES, Luciana Rosa. *O projeto político pedagógico e a construção da autonomia e da democracia na escola nas representações sociais dos conselheiros*. IV Jornada Internacional e II Conferência Brasileira sobre Representações Sociais, 2005, João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2005.
- _____. *Os conselhos escolares e a construção de uma cultura democrática nas escolas*. XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2007, Porto Alegre. Por uma escola de qualidade para todos, 2007
- MEC, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania*. Brasília: 2004.
- PARO, Vitor Henrique. Estrutura da escola e educação como prática democrática. In: CORREA, Bianca Cristina; GARCIA, Teise Oliveira. (Org.). Políticas educacionais e organização do trabalho na escola. São Paulo: Xamã, 2008. p. 11-38.

NOTAS

- 1 Nomes dos participantes – EE Jácomo Stávale: Armando Sartori Júnior, Gabriel Leme, Jéssica Aparecida Alves Carlos, Maria de Lourdes Regina da Silva Lemos, Meire Garcia Sierra e Silvana Aparecida Stefani.
- 2 Nomes dos participantes – EMEF Des. Amorim Lima: Ana Karoline Carvalho, Ana Elisa Siqueira, Fátima D’Auria, Giovanna Appel, Giovanna Parisi, Manuela Salatini.
- 3 O IDEB (Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico) indica os resultados educacionais das escolas, municípios e estados brasileiros. É calculado com base no desempenho dos alunos na Prova Brasil/Saeb e nas taxas de aprovação, reprovação e abandono informadas pelos gestores das escolas com base no Censo Escolar (Fonte: INEP – www.inep.gov.br).
- 4 Hannah Arendt, em seu texto “A crise na educação” (Arendt, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 238.) cita o papel da escola como a instituição social que por excelência insere a criança, que é portadora do novo, da novidade, no mundo adulto, no mundo já construído e que precisa ser conhecido para continuar a ser mundo, para continuar a ser. É nesse momento que a amplitude da socialização dos indivíduos faz sentido, pois a escola é o espaço em que a criança, novamente aquela que traz o novo ao mundo, encontra-se com esse mundo e, ao descobri-lo, o recria, o reinventa, o perpetua.
- 5 O artigo 206 fala da gestão democrática como princípio da educação pública.
- 6 O artigo 3º, inciso VIII, reforça a gestão democrática como princípio norteador da educação e o artigo 17 dispõe sobre a autonomia da escola.
- 7 Trata dos objetivos da educação pública, entre os quais, a democratização da gestão, com a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.



via
arcia
no (2-
nos
na 1 3^o
no (2^o em
atos (so 19
de (3 iilt
dra (1^o a
vone